

O mundo, mais uma vez, está refém do twitter de Donald Trump. A dinâmica nas últimas semanas tem sido: Trump twitta alguma coisa a respeito de sanções comerciais sobre a China, esta responde, o mercado piora, fontes do governo americano tentam colocar panos quentes, a China recua e os mercados melhoram, até o próximo twitte de Trump. Entretanto, apesar deste ter sido o principal motivo para as oscilações do mercado durante a semana, não será esse o objeto do nosso Opinião de hoje. Apesar da importância do tema para os mercados no curto prazo, vamos usar o texto de hoje para discutir o principal assunto interno da semana, a questão da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia aqui não é discutir se ele vai ser preso ou não, mas qual a diferença que pode fazer para a corrida eleitoral as duas situações. Aproveitando o “gancho”, vamos avaliar quais as inferências que podemos fazer sobre o pleito de outubro a luz das informações que temos até agora.

A semana realmente foi emocionante e surpreendente para a política nacional. Primeiro tivemos o julgamento do *Habeas Corpus* (HC) de Lula, julgado na 4ª feira. Teoricamente a discussão deveria ter sido encerrada pelo próprio relator do caso, Edson Fachin, uma vez que, como ainda não havia sido expedida a ordem de prisão, um HC preventivo não cabia como instrumento, decisão que Fachin já havia tomado anteriormente. Entretanto, ao resolver enviar o caso para o plenário, abriu a possibilidade de que, a partir do caso particular de Lula, fosse discutido, de forma mais geral, a prisão após a condenação em 2ª instância. Esse tema vem assombrando o STF desde que Gilmar Mendes mudou a sua posição de forma que, o placar de 6 x 5 a favor da prisão, poderia ser revertido para o entendimento que, esta só poderia ocorrer após acabarem todas as instâncias. Portanto, caso o HC fosse concedido pelo plenário do STF, a indicação seria que o entendimento do Supremo havia mudado com relação a esse tema, tendo, inclusive, poder vinculante.

Em clima de final de campeonato, o país acompanhou os votos, principalmente de Rosa Weber que era vista, como acabou sendo, o fiel da balança. Se por um lado, ela era claramente contra a prisão após a 2ª instância, por outro ela vinha acompanhando a jurisprudência de

2016 sobre o tema e, mais do que isso, defendia que o STF não deveria rever esse tema depois de um espaço tão curto de tempo. Portanto, a decisão de Rosa Weber de não conceder o HC à Lula, não deveria ser considerada de todo surpreendente, apesar da expectativa gerada em torno do seu voto. Dessa forma, no fim, o STF acabou negando o HC ao ex-presidente, pelo placar de 6x5, abrindo a porta para que este fosse preso.

Nesse ponto chegamos ao segundo evento da semana, certamente o mais surpreendente: na noite de ontem, o juiz Sérgio Moro, emitiu a ordem de prisão para Lula. Não que a sua prisão fosse inesperada, mas todos acreditavam que esta ocorresse apenas após o dia 10, data limite para que os “embargos dos embargos” fossem apresentados ao TRF-4. No ponto em que estamos escrevendo esse texto, ainda não sabemos o final dessa história, mas aparentemente, aumentaram as chances de termos uma campanha eleitoral com Lula preso e é, a partir daí que vamos iniciar a nossa revisão do cenário eleitoral.

Da mesma forma que uma eleição com Lula é completamente diferente de uma sem ele, uma campanha com o ex-presidente preso é diversa daquela com ele solto. Mas as certezas acabam aqui. A principal questão a ser levantada é o que vai prevalecer no final desse episódio: o reforço ao mito ou a perda da capacidade de se mostrar em campanha? Acreditamos que um pouco de cada, mas, a percepção inicial é que, quanto mais tempo Lula ficar preso, maior será o mito e menor será a capacidade dele repassar essa mística para o candidato escolhido pelo PT para representa-lo nas urnas. Além disso, mais difícil para fazer alianças com outras forças de esquerda ficará. Ou seja, para a narrativa do “mito” a prisão vai ser “positiva”, mas poderá ser desastrosa politicamente para o PT.

Portanto, podemos iniciar a nossa discussão sobre as eleições partindo do pressuposto de que Lula não será candidato. Dessa forma, a primeira pergunta que seria feita deveria ser:

para onde vão os seus votos? A única pesquisa que temos sobre o tema foi feita no início de fevereiro, logo após a condenação de Lula no TRF-4, o que nos leva a dois problemas. O primeiro é que já faz algum tempo, de modo que pode estar desatualizada. O segundo que, por esse motivo, algumas opções que, no fim não vão estar concorrendo, como Luciano Huck, eram colocados como opção e outros que poderão estar, como Joaquim Barbosa, não. Entretanto, feitas essas advertências, podemos tirar algumas características relevantes dessa pesquisa. A primeira é que o grande “vencedor” seriam os “brancos e nulos”. Nada menos que 31% dos eleitores de Lula declararam que não votariam em ninguém. Esse resultado é compatível com o crescimento dessa declaração de 18% para 28% quando a opção do ex-presidente é retirada do cenário, segundo a última pesquisa eleitoral disponível, CNT/MDA, do início de março. A segunda característica relevante é que, não há um candidato ou uma tendência política que seja majoritária na atração dos votos de Lula. Os dois mais beneficiados, até que não representam surpresa, uma vez que estariam dentro do mesmo espectro ideológico dele: Marina Silva com 15% dos votos e Ciro Gomes com 14%. Entretanto, quando observamos que Jair Bolsonaro “abocanha” 7% dos votos e mesmo Geraldo Alckmin com 6% fica na frente da opção do PT, no caso Jaques Wagner, notamos que o quão será difícil determinar o que será uma eleição sem Lula.

Agora, partindo do pressuposto que não teremos Lula como opção de voto e, considerando que ele terá pouca capacidade de transferir os seus votos para o candidato do PT, vamos concentrar a nossa análise nos candidatos mais bem colocados na última pesquisa Datafolha de fevereiro desse ano: Jair Bolsonaro, Marina Silva, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e Joaquim Barbosa. No caso do último, não há dado disponível para o cenário que acreditamos mais provável para a eleição, com Marina Silva e sem Lula, mas, como acreditamos que ele poderá ser a grande surpresa da campanha, vamos incluí-lo nas nossas análises.

Segundo a pesquisa supracitada, Bolsonaro teria 18% dos votos, Marina Silva 13%, Ciro Gomes, 10% e Geraldo Alckmin 8%. Como dito acima, Joaquim Barbosa não aparece nesse cenário com Marina e sem Lula, mas naquele em que a primeira não aparece, ele aparecia com 5% das intenções de votos. Entretanto, para o que nos interessa aqui, esses números são apenas um ponto de partida, já que vamos avaliar a viabilidade de cada candidato mais por questões subjetivas do que por um único número.

Começando por Marina Silva, acreditamos que, de todos os candidatos listados acima, ela que teria o menor potencial de crescimento, apesar do seu bom posicionamento nas pesquisas e, mesmo por seu potencial de voto, medida que relaciona as respostas de que o eleitor votaria no candidato(a) “com certeza” ou “provavelmente votaria”, onde ela fica atrás apenas de Bolsonaro e Barbosa. O motivo para esse ceticismo com Marina é que, boa parte desse resultado se deve ao recall de seu nome após duas candidaturas presidenciais, além dela ter pouca estrutura partidária. Portanto, não acreditamos que ela vá se viabilizar para o 2º turno, apesar de que, caso consiga chegar lá será, certamente, uma candidata viável para vencer, principalmente se a outra opção for alguém mais radical, como Bolsonaro ou Ciro Gomes.

A chance de Ciro Gomes de ir para o 2º turno depende da capacidade dele capturar os eleitores de esquerda, principalmente aqueles que votariam em Lula. Para ele, a prisão deste não deixa de ser uma boa notícia, uma vez que, assim, fica mais difícil que ele consiga transferir os seus votos para um candidato alternativo do PT. Essa tendência reforçaria a principal chance de Ciro ir para o 2º turno, a união das esquerdas em torno do seu nome. Outra chance para ele, seria uma fragmentação muito grande do centro. Sem que, pelo menos uma dessas hipóteses ocorra, dificilmente seria um nome competitivo, até porque não pode

ser considerado como novidade e ficou muito tempo longe dos holofotes, sem qualquer cargo eletivo. Naquele cálculo de potencial de voto ele está em último lugar dos nomes supracitados, 3 pontos percentuais abaixo do penúltimo, Geraldo Alckmin.

O governador de São Paulo é a grande aposta do campo reformista nessa eleição, o que nos leva a questionar se o otimismo com relação a sua candidatura não é mais uma torcida do que uma análise técnica. O seu nome certamente não empolga sendo, como dito acima, o penúltimo em termos de potencial de voto. Se uma coisa que não pode se dizer é que ele é uma novidade nessa eleição, sendo desconhecido por apenas 12% do eleitorado, segundo pesquisa IPSOS (apenas Marina é mais conhecida, com 11% de desconhecimento). Além disso, o seu partido, o PSDB, entrou na mira do eleitor na questão da corrupção após as confusões de Aécio Neves. Para complicar ainda mais a sua vida, pela primeira vez nas últimas eleições, teremos um verdadeiro candidato de direita (pelo menos no conceito brasileiro do termo), o que complicará a estratégia de sempre do PSDB de aglutinar o espectro de centro-direita do eleitorado. Dessa vez, ele terá que se “contentar” apenas com o centro. Por fim, Alckmin terá, em Alvaro Dias, um adversário competitivo no Sul, um tradicional reduto do PSDB. A seu favor temos que ele seria o candidato favorito a concentrar o “voto útil” do eleitor conservador na reta final do 1º turno, caso a eleição comece a afunilar para dois candidatos considerados radicais. Como essa possibilidade só se concretizaria na reta final, o maior desafio de Alckmin será não ser rifado pelo seu próprio partido até agosto, limite para que as candidaturas sejam registradas e, para quem torce por ele, não perder a fé até lá. Por outro lado, se a sua passagem para o 2º turno pode ser incerta, ele seria o favorito para ganhar a eleição a partir daí, uma vez que ele parece ser o único candidato capaz de aglutinar o eleitor mediano, além de provavelmente ganhar em São Paulo, elementos, sem os quais, não se ganha nenhuma eleição no Brasil.

Talvez o único que possa rivalizar com Alckmin nesse critério seria o ex ministro do STF, Joaquim Barbosa. Ele seria o “novo” dessa eleição. Começando pelo potencial de voto, ele só perde para Jair Bolsonaro, tendo quase o dobro de percentual que Alckmin e três vezes o de Ciro Gomes. Ele é o mais desconhecido do eleitorado entre os cinco nomes que analisamos, o que aumenta ainda mais o seu potencial. Além disso, ele se encaixa bem com duas das principais características que o eleitor busca nos candidatos dessa eleição, segundo a pesquisa IPSOS: ter passado limpo e combater a corrupção. Quem melhor que ele, ex-ministro do STF que colocou os líderes do PT na cadeia na época do mensalão, para se encaixar nesses dois atributos? O seu grande problema é que ele é uma incógnita, tanto como candidato, quanto como presidente. Provavelmente os seus números nas pesquisas iniciais serão suficientes para viabilizar a sua candidatura pelo PSB, mas a sua fama de irascível pode barrar o seu caminho politicamente. Além disso, como ninguém sabe o que ele pensa com relação aos grandes temas do país, fica difícil saber se ele seria capaz de atrair o eleitor mediano em um possível 2º turno, principalmente contra Alckmin. Portanto, Joaquim Barbosa tem o maior potencial para a ser a grande novidade nas eleições, mas, exatamente por isso, é a maior incógnita do pleito.

Deixamos Bolsonaro por último, porque, se Joaquim Barbosa pode ser a novidade das eleições, ele já pode ser considerado o fenômeno. Nem tanto pelo seu desempenho numérico, que não o credencia, nesse momento, nem para ser favorito para ir ao 2º turno, mas pelas características do seu eleitor. Primeiro pelo caráter quase messiânico da sua candidatura, representada até pelo grito de guerra do seu eleitorado: “mito”. Isso garante que ele tenha o maior potencial de votos dos cinco candidatos que estamos analisando. Outra forma de ver a sua solidez é que seu percentual na pesquisa espontânea, 10%, fica atrás apenas do de Lula, 17%, e cinco vezes maior do que o do 3º colocado, Ciro Gomes com 2%. Segundo os analistas

políticos, esse poderia ser considerado como um piso para a sua candidatura. Entretanto, se é um candidato competitivo para o 2º turno, não parece ter potencial para ganhar a eleição. Dado seu radicalismo, o seu discurso fala para um pedaço muito característico do eleitorado: homem, entre 16 e 34 anos, ensino superior e renda entre 5 e 10 salários mínimos. Principalmente na questão do gênero, temos a sua principal fraqueza. Apenas 36% dos seus votos vem das mulheres, sendo que elas representam quase 54% do eleitorado. A sua maior chance de vitória seria a polarização com algum candidato de esquerda, especialmente se for apoiado por Lula.

A conclusão a que chegamos é que a prisão ou não de Lula tem um impacto maior sobre a possibilidade de transferência de votos dele para o seu indicado, do que para as eleições em geral, sendo mais sensível para os candidatos de esquerda, especialmente Ciro Gomes. Dos cinco nomes analisados, acreditamos que, o único que não tem chances de ir para o 2º turno, é o de Marina Silva. Ou seja, nesse momento, teríamos quatro candidatos para duas vagas, sendo que o maior desafio de Alckmin será não ser deixado pelo caminho até despontar como nome preferido para o voto útil na reta final, o de Ciro Gomes atrair os eleitores de Lula, o de Joaquim Barbosa viabilizar a sua candidatura no PSB e o de Bolsonaro apostar no aumento da polarização do eleitorado. Em passando para o 2º turno, Alckmin seria o favorito contra todos e Bolsonaro a grande “zebra”. Por fim, não acreditamos que qualquer candidato do PMDB seja competitivo, assim como um candidato do PT lançado a poucos dias da eleição, como parece ser a estratégia do partido. Esse seria o nosso cenário agora, mas, como bem colocado pelo ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto: *“Política é que nem nuvem, você olha e ela está de um jeito. Olha de novo e ela já mudou”*. E olha que na época dele não tínhamos a Operação Lava a Jato.

Projeção		
	2018	2019
IPCA (%)	3.8	4.1
Câmbio (eop R\$/US\$)	3.5	3.6
Selic (eop %)	6.25	7.5
PIB (%)	2.8	2.5

Este material possui cunho meramente informativo, não constituindo qualquer tipo de oferta, convite, proposta ou aconselhamento por parte do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco") aos seus destinatários para quaisquer fins, inclusive, mas não limitado, à contratação ou não de operações financeiras, negócios ou investimentos, bem como quanto ao desenvolvimento por estes, ou não, de quaisquer estratégias correlatas. O envio deste material aos seus destinatários se dá de forma gratuita e por mera liberalidade do Banco, não se configurando como qualquer tipo de produto ou prestação de serviços por parte deste, ao qual fica reservado o direito de descontinuar o envio destas informações a qualquer tempo e sem qualquer tipo de aviso prévio a seus destinatários. As informações contidas neste material foram obtidas de fontes públicas e consideradas razoavelmente apuradas na data de sua divulgação. O Banco não confere aos destinatários deste material qualquer espécie de garantia, direito ou pretensão no que se refere às informações ora apresentadas, bem como quanto à sua exatidão, completude, isenção, confiabilidade ou atualização. Quaisquer decisões, contratações, investimentos, negócios ou estratégias, relacionadas ou não às informações ora apresentadas, deverão ser adotadas, efetuadas ou desenvolvidas pelos destinatários deste material exclusivamente de acordo com seus critérios de avaliação próprios e sob sua integral responsabilidade, com base nas informações por estes obtidas de forma independente e de acordo com a análise e opinião de seus consultores, analistas e administradores próprios. O Banco não será responsável, perante os destinatários deste material ou quaisquer terceiros, por qualquer forma de utilização das informações ora apresentadas, bem como por quaisquer perdas diretas, indiretas ou quaisquer tipos de prejuízos e/ou lucros cessantes que possam ser decorrentes do uso deste conteúdo. Este material e as informações dele constantes somente poderão ser reproduzidos, divulgados ou redistribuídos com a expressa anuência por escrito do Banco. Este material não se constitui, e não deve ser interpretado, para quaisquer fins, como relatório de análise nos termos do artigo 1º da Instrução CVM n.º 483, de 06 de Julho de 2010.